



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO: TC-4286.989.18-1

MUNICÍPIO: RIFAINA

EXERCÍCIO: 2018

MATÉRIA EM ANÁLISE: CONTAS ANUAIS

Senhora Assessora Procuradora Chefe:

Tratam os autos do exame das contas anuais da Prefeitura Municipal de **RIFAINA** referente ao exercício de 2018. O relatório da fiscalização, a qual esteve a cargo da UR-17 – Ituverava, encontra-se no evento 30, de páginas 1 a 36.

Devidamente notificado, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93 (evento 35), o responsável pelas contas apresentou justificativas, constante do evento 52, de páginas 1 a 17 e anexos.

Diante dos fatos, atendendo a determinação do Excelentíssimo Conselheiro Relator, evento 35, manifesto-me estritamente sobre os aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial do Município.

PLANO ORÇAMENTÁRIO – FINANCEIRO (EXECUÇÃO)

Conforme relatório da fiscalização, as peças demonstraram déficit orçamentário de 2,91% na ordem de R\$ 910.594,60. Resultado este, pior que em 2017, quando o Município havia registrado um superávit de 8,32%.

O resultado orçamentário negativo no exercício foi amparado, contudo, pelo superávit financeiro do exercício anterior, o qual embora tenha se reduzido em 61,58% em relação a 2017, permaneceu superavitário em R\$ 566.982,95. Desse modo, e a abonar a gestão municipal, com a apresentação de um superávit financeiro, restou demonstrado a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

existência de recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro.

Quanto aos demais resultados, observo, que mesmo com um decréscimo no resultado econômico, este permaneceu superavitário em R\$ 3.523.411,50; enquanto houve um aumento de 9,52% no resultado patrimonial em relação a 2017, alcançando no exercício em apreço o saldo de R\$ 29.884.612,70 (Quadro a seguir).

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 566.982,95	R\$ 1.475.919,81	61,5800%
Econômico	R\$ 3.523.411,50	R\$ 3.852.752,35	8,5500%
Patrimonial	R\$ 29.884.612,70	R\$ 27.287.164,90	9,5200%

Fonte: Rel. de Fiscalização às fls.08 (Evento 30)

De outro norte, considerando o resultado orçamentário obtido nos três últimos exercícios, pode-se aferir que embora tenha havido uma oscilação negativa em 2018, cuja absorção ocorreu pelo saldo financeiro positivo, é possível concluir quanto a existência de uma situação favorável dos resultados. Ademais, a favor das contas, observo que o percentual de investimentos em relação à RCL em 2018 ficou em 9,31%¹, acima, portanto, do registrado no exercício anterior (8,32% da RCL). Nesse cenário, oportuno recomendar, se assim também entender o Exmo. Conselheiro Relator, atenção a Municipalidade, a fim de garantir o equilíbrio fiscal (receitas x despesas) no longo prazo, conforme preconizado no § 1º, artigo 1º da LRF².

¹ Fls. 07 do Rel. de Fiscalização (Evento 35).

² § 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidadas e mobiliárias, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Exercícios	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento
2017	Superávit de	3,06%	8,32%
2016	Superávit de	3,66%	9,24%
2015	Superávit de	7,87%	1,38%

Fonte: Rel. de Fiscalização às fls. 09 (Evento 96)

Contudo, a instrução apurou que o Município procedeu a abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições alcançaram o valor total de R\$ 9.635.440,00, correspondente a 33,34% da Despesa Inicial Fixada.

Em que pese às alegações defensórias, quanto a existência de permissão em legislação específica, e de que tais créditos seriam em sua grande parte, para atendimento a termos de convênios firmados entre o Município e a União e o Estado, não colacionou qualquer comprovação documental.

Ocorre, que em verdade, tal prática se encontra dissonante ao preconizado nos Comunicados SDG 29/2010 e 32/2015, vez que muito superior à taxa de inflação do período (3,75% - IPCA 2018)³, caracterizando no meu entender, deficiência no planejamento da Administração e desfigurando o orçamento inicial, em possível descompasso ao previsto no artigo 43, § 1º, inciso I, § 3º da Lei Federal 4.320/64, e artigo 167, inciso V, da Constituição Federal. Inclusive, cabe oportunamente trazer aos autos, que em relação ao exercício anterior, o que se observa é um aumento nesse indicador, o qual encerrou em 2017 em 28,17% da Despesa Fixada, e que culminou em recomendação quando da análise daquelas contas (eTC-6529/989/16-2)⁴.

Não obstante, e considerando os resultados apresentados de um modo geral, acredito que, merece o Gestor Municipal, s.m.j., ser alertado novamente sobre a necessidade de observar tais dispositivos legais bem como as orientações contidas na Lei de

³ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2102&id=2634>. Acesso em: 16/08/2019.

⁴ "Contudo uma crítica deve ser feita com relação à elaboração e execução do orçamento, que diz respeito ao elevado percentual de alterações orçamentárias, atingindo 28,17% da despesa inicial fixada. O entendimento pacífico desta Corte é que a alteração da peça de planejamento através de créditos adicionais deve ser feita com parcimônia, não extrapolando o índice inflacionário no período, medida que fica aqui **recomendada**." (eTC-6529/989/16-2 – Segunda Câmara – Sessão 02/04/2019 – Relatoria: Exmo. Conselheiro Dimas Ramalho – Contas de 2017 julgadas regulares)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Responsabilidade Fiscal, em especial o preconizado no art. 1º, § 1º, e aquelas traçadas por esta E. Corte sobre o tema, consubstanciadas nos Comunicados SDG citados anteriormente. Nessa esteira, impende destacar o decidido nas contas abrigadas nos TCs-6742/989/16, 6733/989/16, 6707/989/16, 6732/989/16, 4074/989/16, 4299/989/16, dentre outros.

TESOURARIA

Também apurou a fiscalização as falhas elencadas na sequência: *Pendências na conciliação bancária, que causam prejuízo ao erário, em relação à conta de número 45-000001-5, agência 465-0 do Banco Santander referente a valor não contabilizado no montante de R\$ 123.488,37 que, segundo o responsável pela tesouraria, refere-se a transferências fraudulentas, não contabilizadas, efetuadas por terceiros, que obtiveram informações bancárias mediante ataque pelo método da engenharia social; Inércia por parte da Administração Municipal para apurar o ocorrido, descumprindo, assim, seu dever de agir, conforme estabelece o Artigo 166 do Estatuto dos servidores públicos do Município de Rifaina; Valores subtraídos dos cofres públicos não foram contabilizados, o que desrespeita os princípios da transparência fiscal, da evidenciação contábil e as normas contábeis, em especial o princípio contábil da oportunidade e ainda provoca distorções nas demonstrações contábeis.* A peça defensiva apresentou esclarecimentos satisfatórios, bem como anunciou medidas para sanear as falhas apontadas. Entendo, assim, que possam também elas serem alçadas ao campo das recomendações, conclamando ao gestor, a adoção de medidas que garantam um controle contábil eficiente em respeito ao Princípio da Evidenciação Contábil (artigo 83 da Lei 4.320/64) e da Transparência Fiscal (artigo 1º, § 2º da LRF), evitando a reincidência de deslizes de igual natureza, cabendo à fiscalização verificação a posteriori, especialmente aqueles relacionados as conciliações contábeis e a resolução da pendência narrada.

DEMAIS QUESTÕES ECONÔMICAS / FINANCEIRAS / PATRIMONIAIS

Demais disso, concorre para demonstrar a boa gestão fiscal do Município, a existência de liquidez face aos compromissos de curto prazo, os recolhimentos dos encargos sociais, a inexistência de dívida de longo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

prazo e precatórios, bem como de parcelamento ou reparcèlement de débitos previdenciários junto ao INSS e/ou ao RPPS, além da obediência ao limite do art. 29-A, da Constituição Federal nos repasses à Câmara.

Ante o exposto, e considerando o quadro geral apresentado nos aspectos orçamentário-financeiros, opino pelo **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação das contas de 2018 da Prefeitura Municipal de Rifaina, sem olvidar, contudo, das recomendações constantes no corpo deste parecer, e ressaltando que o posicionamento aqui adotado não alcança os aspectos pertinentes às demais áreas de atuação desta ATJ.

À elevada consideração de Vossa Senhoria.

ATJ, 16 de setembro de 2019.

DANIEL LUIZ PEREIRA RIBEIRO

Assessoria Técnica